

## É O HOMEM UM ANIMAL POLÍTICO? – UMA INTERPRETAÇÃO DO MITO DE PROTÁGORAS\*

Maria de Fátima Simões Francisco\*\*

Da forma como Platão nos introduz ao mito de Protágoras no diálogo que leva o nome daquele sofista, podemos acreditar que este apareça apenas para marcar um ponto em favor da posição protagoraseana segundo a qual é próprio da virtude política o ser ensinável; só que a essa altura do jogo dialético, o sofista vai preferir emitir não mais simplesmente um *lógos* (um argumento no interior de um encadeamento lógico), mas um *mythos* (um relato fabular). Apesar disso, o que desse mito se pode extrair vai bem além de um mero argumento favorável ao caráter especificamente didático da virtude política. Ao que nos parece, esse mito elabora uma teoria acerca da natureza *singular* do homem, assim como das implicações desta para a relação dos homens com as demais espécies animais, e para a própria relação dos homens entre si. Nesse sentido, não se pode negar um valor especial a esse texto no interior da história da filosofia, ao menos por duas razões: por um lado, em mais de um ponto ele se opõe aos textos produzidos na antiguidade (e aqui nos referimos particularmente àqueles de Aristóteles), por outro, ele antecipa de algum modo ques-

tões retomadas e discutidas por filósofos modernos (estamos agora pensando em Hobbes). Além disso, existe sem dúvida motivo para conferir valor, não mais relativamente, mas em si mesmo, a este texto, que é o de, em alguma medida, esboçar o espírito da *democracia grega*. Até onde podemos perceber, o mito tenta dar respostas às inquietações com que se defrontavam os antigos helenos em suas experiências com a democracia. Tentaremos, pois, expor a maneira pela qual alcançamos tais convicções.

\* \* \*

Tem sido consenso entre os estudiosos de mitos a convicção de que boa parte deles sejam formas de compreensão de sua origem por parte dos grupos sociais que os produziram. Logo no primeiro parágrafo da narrativa de Protágoras fica claro de que tipo de origem esse mito pretende dar conta. Não se trata de descrever a origem dos deuses, pois estes já existiam então, mas de explicar o modo pelo qual vieram à luz as gênes (gêneros ou raças mortais). "Era certa vez um tempo em que existiam deuses e gêneros mortais não existiam.", (320c6). Trata-

\* Acompanha este artigo, em anexo, a versão em Português do mito de Protágoras. A tradução, até então inédita, foi realizada pelo Prof. Henrique Graciano Murachco.

\*\* Professora do Departamento de Ciências da Educação do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Araraquara.

se, portanto, não de uma teogonia, mas de uma gênese (vir a ser das géne), e isso acarreta à narrativa uma evolução completamente distinta daquela que tratasse do vir a ser dos deuses. Mas, ainda mais importante do que demarcar as diferenças que essas duas formas de narrativas introduziriam, vem a ser assinalar a notável oposição que se estabelece neste primeiro parágrafo entre os deuses e as géne, por suas distintas naturezas: as géne são *mortais*, ao passo que os deuses são *imortais*. Tal fato traz a consequência de que as raças mortais têm que se debater com problemas específicos, de que os deuses são poupados. A mortalidade implica particularmente a luta pela sobrevivência, ou seja, a garantia da vida frente às ameaças representadas pelas intempéries naturais, por um lado, e pelas demais espécies vivas, de outro. Com relação a essas duas causas de morte, conforme o mito não-las apresenta, os deuses não têm porque se preocupar, derivando daí sua imortalidade.

É notável que a espécie humana apareça de início inscrita sob o termo *géne*, como uma raça mortal dentre outras, em nada transparecendo a sua especificidade. A nossa hipótese é precisamente a de que o texto mítico percorrerá uma trajetória em direção à singularização da espécie humana. O mito vai descrever uma espécie particular de *gênese*: a origem da natureza singular do homem e, por conseguinte, a localização dessa singularidade em relação aos demais seres vivos, em relação aos próprios deuses e *especialmente* a

localização da singularidade no interior dos homens, diferenciando-os entre si. Será justamente no plano dessa última relação, intra-homens, que emergirão as formas de compreensão, fornecidas pelo mito, da convivência política democrática.

Seguindo a letra do texto vemos que os deuses modelam as *géne* com uma mistura dos elementos básicos, terra e fogo, ordenando a seguir a Epimeteu e Prometeu que distribuíssem (neimai) a cada uma (hekástois) as qualidades (dynámeis) da maneira que conviesse (prépei). (320d4). Qual pode ser o sentido dessa ordem emitida pelos deuses? A nosso ver podem ser dois os sentidos: por um lado, fica clara aí a intenção divina de conferir *distinções* à massa até então homogênea das raças (e nossa interpretação fica reforçada se lembrarmos que o primeiro sentido do verbo grego *prépo* é 'distinguir'); por outro, há a intenção de que, ao fornecer características próprias e diferenciadas às raças, elas continuem sendo todas, entretanto, *raças mortais*, isto é, com uma identidade comum em contraste com os deuses.

Vemos, no entanto, que a distribuição conforme fora ordenada pelos deuses não equivale completamente àquilo que realizou Epimeteu, o qual pedira a Prometeu que lhe deixasse o encargo da distribuição. Na verdade, Epimeteu transcende a intenção divina de tão somente distinguir as espécies. Este operará uma verdadeira e minuciosamente elaborada distribuição *democrática*. Pois leva em consideração a

força de cada espécie e de cada qualidade, de forma a obter uma disposição final tal que haja uma relação de perfeito equilíbrio. E o termo 'democrático' nos parece próprio, pois o quadro final que temos é o seguinte: espécies diferentes com qualidades diferentes e forças de natureza diferentes que dão como resultado um poder de sobrevivência perfeitamente igual. Num regime democrático, ao menos conforme o concebiam os gregos, seus inventores, o que vislumbramos é a coexistência de diferentes classes sociais, dotadas de interesses antagônicos e irredutíveis uns aos outros, que dispõem entretanto do mesmo poder na condução dos assuntos públicos, essa igualdade de poder advindo do fato de ambas disporem de mesmo voto e palavra na assembléia.

O objetivo da distribuição de Epimeteu é inicialmente o de impedir que qualquer das espécies vivas venha a perecer ("Ele providenciava essas coisas tendo o cuidado de que nenhuma espécie desaparecesse", 321a2), uma vez ameaçada pelas forças superiores das demais espécies. A seguir ele cuida de provê-las de forças que as ponham em equilíbrio com as ameaças das forças da natureza, as "intempéries naturais". É então a partir desse ponto que o mito passa a desenrolar o seu próprio *leitmotiv*: a constituição da natureza singular do homem.

Curiosamente, a possibilidade da singularização humana emerge de um erro de Epimeteu. A língua grega com muita precisão demarca visivelmente as diferenças nos modos de agir dos

dois deuses, Epimeteu e Prometeu. Através dos sufixos "prós" e "epi" ela nos diz que Prometeu tinha como marca de sua ação o pensar *antes* de agir (daí o sentido de *precavido*, *previdente* que esse nome tem em grego, daí também deriva o verbo *promethéomai*, que significa 'tomar o cuidado de', 'velar pelos interesses de'), ao passo que Epimeteu se distinguia por pensar *depois* de agir, o que levava a cometer erros. A falta de Epimeteu consiste justamente em não ter reservado à espécie humana nenhuma faculdade que lhe possibilitasse conviver com as demais espécies animais em igualdade de forças, bem como lhe possibilitasse conviver internamente a si. Ao chegar a vez da espécie humana eis que a fatalidade ocorre: nada resta que dar-lhe, tendo tudo o que era disponível sido previamente distribuído entre as outras espécies vivas. Emerge dessa falta de Epimeteu a possibilidade da compreensão da posição singular do homem no interior da *physis* (natureza). Como muitos mitos, o de Protágoras tenta explicar a origem singular de um determinado povo. No caso do povo grego, as questões específicas a serem explicadas pelo mito se resumiriam a uma só: como compreender e justificar a condição de homem no interior de uma *physis*, que tem a marca da imortalidade? Os deuses são imortais, os seres celestes eternos em seus movimentos, a natureza inanimada – montanhas, rios, etc. – quase irresistível ao tempo e, por fim, mesmo as espécies animais possuem a imortalidade sob a forma da existência enquanto es-

pécie (até mesmo esta faltaria ao homem apesar de sua condição de animal, pois os homens não se diferenciavam apenas em relação a outras espécies animais, como ocorre com estas, mas se diferenciam internamente, ou seja, cada homem é singular em relação a cada outro). Ou em outros termos: o que faz a especificidade humana nas suas relações com os outros seres existentes? É para responder a essa pergunta que o sofista enuncia seu *mythos* – mais do que simplesmente para ganhar um ponto no embate dialético com Sócrates acerca do ponto em discussão: a aquisição da virtude política. Desse modo, só podemos concluir pela felicidade do erro de Epimeteu, pois fora aquilo que permitira ao homem compreender a sua posição peculiar no cosmos.

\* \* \*

Vejamos, pois, em que ponto se inicia a trajetória de singularização da espécie humana. Isto se dá precisamente no momento em que Prometeu entra em cena para investigar o trabalho de Epimeteu e constata a desvantagem absoluta em que se encontram os humanos. Para corrigir tal situação Prometeu vai roubar dos deuses aquilo de que somente estes dispõem – as artes ou técnicas – e presenteá-las aos homens. É curioso notar que no mito protogoraseano a divindade prometeica permanece com a mesma função que guardava na versão hesiódica do mesmo mito, isto é, a de aliado humano entre os deuses. Embora os homens não

obtenham ainda uma parte imprescindível à sua convivência – a arte política – por disporem já das artes do fogo (e se inscrevem aqui a metalurgia e o cozimento, notadamente) podem obter um relativo equilíbrio com os animais. E aqui a narrativa deixa bem claro que, ao passo que as espécies vivas restantes tinham *obtido* sua sobrevivência por simples doação divina das faculdades, no caso dos homens, eles *devem* buscar essa sobrevivência *produzindo* meios de proteção através do uso das artes roubadas aos deuses. Por essa sua iniciativa e atividade, os homens já são diferenciáveis dos demais seres vivos e por conseguinte mais semelhantes aos deuses. É confirmando essa interpretação que o texto reza: “E por que o homem passou a participar da divindade” ... (thesas mofras, o lote divino.322a3). Quando Prometeu, indo em socorro do homem, traz não uma mera qualidade que possibilita condições de proteção contra os males da natureza como um todo, mas a habilidade artística com o fogo roubados a Hefesto e Atena, era evidente que a sua intenção era de que os homens constituíssem as condições da própria sobrevivência, ao invés de recebê-la simplesmente dos deuses como os demais seres vivos. É notável que o mito forje também uma explicação para o fato de o homem ser o único na natureza a construir um mundo de *artifícios*, o que acaba por ser uma marca distintiva sua.

É interessante apreciar a sequência apresentada pelo mito dos empreendimentos humanos uma vez que recebem as artes: primeiro, eles cons-

tróem altares para honrar os deuses – pois de certo se sentiam devedores especiais destes, já que haviam recebido dons especiais, as artes, até então circunscritas apenas aos próprios deuses. Parece pois natural dentro da lógica do mito que os homens inicialmente se ocupassem do agradecimento aos deuses. A seguir eles emitem sons e articulam a linguagem, para só então buscar os meios materiais necessários à sua sobrevivência. Vale a pena também notar que nenhum desses esforços obtidos como resultantes da posse das artes foi suficiente para estabelecer uma convivência duradoura e harmoniosa – como aquela em cidades onde vige a arte política – entre os homens, nem mesmo a posse da linguagem. A ameaça representada pelas demais espécies animais fazia com que eles se reunissem em cidades e somassem forças contra aqueles inimigos; no entanto, essa convivência era atravessada de dificuldades: “Então eles procuravam se reunir e se salvar construindo cidades; e então sempre que se reuniam eles se lesavam mutuamente pois não possuíam a arte política de modo que eles se espalhando eram destruídos”, (322b5-8). A partir dessa caracterização da convivência humana, bem se pode perguntar: no entender do mito de Protágoras, serão os homens *por natureza* seres políticos? Segundo nos parece e a seguir rigorosamente as hipó-

teses interpretativas aqui levantadas, a resposta só pode ser negativa. E nesse ponto podemos dizer que Protágoras se distancia da filosofia de seu tempo e antecipa a visão moderna da natureza humana. A posição protagoraseana assume distância frente à interpretação aristotélica de que o homem se distingue de todos os outros animais justamente por sua inclinação natural não apenas à vida *gregária* – de que afinal são capazes alguns seres vivos, por exemplo as abelhas – mas à vida *política*, isto é, à vida em *póleis* (cidades), (Política, 1253a). Por outro lado, parece ser curiosa a aproximação possível com a filosofia hobbesiana. Para o filósofo que inaugura a visão moderna da política, concebendo-a enquanto fruto de um contrato, portanto de uma convenção, de um artifício, a sociabilidade humana só pode ser construída e anti-natural<sup>(1)</sup>. Também para Protágoras a arte política dispõe de grande artificialismo, pois os homens uma vez reunidos para a luta contra os outros animais começam a se *lesar* mutuamente (e o termo grego para lesar, *édikoun*, quer dizer literalmente ‘ser injusto’), o que faz crer que não fazia parte da *physis* humana a virtude da justiça. É por isso que, não dispondo naturalmente dos requisitos para a convivência harmoniosa, só resta aos homens receberem, sob a forma de presente de Zeus, a *arte política*.

#### Notas:

- (1) A aproximação com Hobbes torna-se mais profunda se observarmos que tanto no que tange à coexistência intra-espécies quanto à intra-homens, o mito apresenta como pressuposição implícita a inevitável destruição mútua, de modo a necessitar providências divinas para evitar o desaparecimento de espécies e homens.

Temendo Zeus pelo desaparecimento da raça humana envia Hermes para fazer conhecer aos homens a arte política. Essa ordem a Hermes vem enunciada sob a forma de *lei a ser equitativamente aplicada*: essa arte não deve ser distribuída como as outras, isto é, a alguns sim a outros não (conforme a divisão do trabalho pressuposta no domínio das técnicas: alguns são sapateiros, outros carpinteiros, outros padeiros, etc.), mas deve ser dada a cada um igualmente. Todos devem participar na mesma medida da arte de viver em cidades e, por consequência, de geri-las, governá-las. Mas por que Zeus envia a arte política sob a forma de uma lei, ou seja, de uma imposição ou obrigação? Certamente porque a virtude política não fazendo parte da natureza humana, não poderia ter o seu valor reconhecido pelos homens (pois se estes pudessem medir esse valor eles já a possuiriam e o gesto de Zeus seria puramente supérfluo), restando a estes apenas o entrar em contacto com ela mediante a imposição. Mas se de início os homens foram obrigados a desenvolver a arte política, eles logo se tornariam conscientes de seus benefícios e passariam a apreciá-la como a mais alta virtude, e tratariam de ensiná-la a todos que ainda a desconhecem, bem como às gerações futuras.

Assim, concluímos que o mito que Platão nos lega em seu diálogo *Protágoras* é importante não apenas no

contexto mais amplo da discussão do diálogo, isto é, a de saber se a virtude política pode ou não ser ensinada, respondendo positivamente a essa questão (e se contrapondo portanto à posição do partido aristocrata de acordo com a qual a virtude política como qualquer outra atividade é transmitida hereditariamente), mas é importante também por duas outras razões que transcendem o espaço do diálogo platônico. O mito de Protágoras constitui-se propriamente numa teoria acerca da natureza humana e como tal dialoga, ora se aproximando, ora se distanciando, com outros textos da história da filosofia. Nessa medida, configura-se como um texto com espaço próprio no interior da história do pensamento. Além disso, e esta parece ser a razão principal da importância desse mito, esse texto aparece como elaborando teoricamente uma compreensão da prática democrática do século V na Grécia, e Protágoras aparece como um dos poucos portavozes desse regime que acabou por ter poucos ideólogos e muitos críticos (tal como se configuraram os filósofos da escola socrática: Sócrates, Platão e Aristóteles).

### O MITO DE PROTÁGORAS \*

(Tradução: Henrique Graciano Murachco\*\*)

Era certa vez um tempo em que existiam deuses e gêneros mortais não existiam. E quando também para eles

\* Trecho extraído do diálogo *Protágoras* de Platão, 320c6 a 322d4.

\*\* Prof. do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

chegou tempo de nascer marcado pelo destino, os deuses os moldam no interior da terra, com uma mistura de terra e fogo e de tudo quanto se mistura à terra e fogo. E quando se preparavam para a luz, determinaram a Prometeu e Epimeteu enfeitá-los e distribuir a cada um deles as qualidades convenientes. E Epimeteu pede a Prometeu que o deixe fazer a distribuição. Depois que eu tiver feito a distribuição, disse ele, vem examinar. Assim ele convenceu e fez a distribuição. Pois bem, ao distribuir, a uns ele deu a força sem a rapidez, os fracos ele dotou de velocidade; a outros ele deu as armas e aos que ele deu uma natureza sem armas, providenciou uma outra capacidade qualquer de se salvar. E dentre eles, os que ele envolveu em pequenês, dotou-os de fuga alada ou habitação subterrânea; e os que ele aumentou em tamanho, salvou-os pelo próprio tamanho. E quanto aos outros ele fez a distribuição com o mesmo equilíbrio. Ele providenciava essas coisas tendo o cuidado de que nenhuma espécie desaparecesse. E depois de ter dado suficientes saídas contra a destruição mútua, ele providenciou defesa diante das estações de Zeus envolvendo-os de pelos espessos e peles duras, suficientes para enfrentar o mau tempo e capazes de enfrentar o calor, de modo a que aos que vão dormir, elas mesmas se mostrem cobertores próprios e naturais para cada um. Também ele calçou uns com cascos, outros com peles duras e sem sangue. Ao mesmo tempo ele providenciou alimentos diferentes a cada um: a uns a erva da terra, a ou-

tros, os frutos das árvores, a outros, raízes; há outros ainda, a que deu (como destino) ser alimento de outros seres, como pasto. Aos primeiros ele concedeu pequena descendência e aos que são consumidos por eles, uma descendência numerosa, salvação para a espécie. Pois bem, Epimeteu não sendo lá muito sábio, sem perceber, gastou as qualidades com os irracionais; fica-lhe ainda abandonado e desmunido o gênero humano e ele não sabia que iniciativa tomar. E enquanto Epimeteu está hesitante, chega Prometeu para fiscalizar a distribuição e vê que os outros seres têm cuidadosamente de tudo e que o homem está nu, descalço, desprotegido e desarmado. E já tinha chegado o dia marcado, em que era preciso também o homem sair da terra para a luz. Tomado pela dificuldade de que salvação encontrar para o homem, Prometeu rouba de Hefesto e Atena a sabedoria artesanal com o fogo, pois era impraticável para alguém sem fogo torná-la adquirível ou útil. Assim, pois, ele presenteia o homem. Então dessa maneira o homem passou a possuir a sabedoria a respeito da vida, mas a política ele não possuía pois que ela estava junto a Zeus e a Prometeu não mais era possível penetrar na morada de Zeus, pois que na frente estavam os guardas de Zeus, temíveis. Contudo, na habitação de Atena e Hefesto, que era comum e em que eles praticavam as artes, ele entra sem ser percebido e, roubando a arte do fogo de Hefesto e a outra de Atena, ele dá ao homem; e a partir daí vem ao homem a facilidade da vida. E mais tarde, pelo

que se diz, um processo por roubo atingiu Prometeu.

E porque o homem passou a participar da divindade, em primeiro lugar foi o único dos animais a reconhecer os deuses e se pôs a erigir altares e imagens dos deuses; a seguir, rapidamente ele se pôs a articular a arte dos sons e nomes e inventou as casas, as roupas, os calçados, os cobertores e da terra os alimentos. Contudo, os homens assim equipados no começo habitam disseminados; não havia cidades; então eles eram destruídos pelos animais selvagens por serem em tudo mais fracos do que eles e a arte manual era uma ajuda suficiente para a alimentação, mas para a guerra contra os animais selvagens era precária; na verdade eles não possuíam a arte política de que a arte da guerra é parte. Então eles procuravam se reunir e se salvar construindo cidades; e então sempre que se reuniam eles se lesavam mutuamente,

pois não possuíam a arte política, de modo que eles se espalhando eram destruídos. Zeus então, temendo pela nossa espécie que não se perdesse toda, envia Hermes trazendo aos homens pudor e justiça para que pudessem se tornar ornamentos das cidades e ligações condutoras de amizade. Hermes pergunta a Zeus de que maneira ele daria aos homens justiça e pudor: eu as reparto da mesma maneira como as artes estão repartidas? Elas estão repartidas assim: um só possuidor da arte médica é suficiente para muitos profanos e assim também os outros artesãos. Também a justiça e pudor u coloco assim nos homens ou distribuo sobre todos? – Sobre todos, disse Zeus, e que todos tenham parte delas, pois não poderia haver cidades se poucos delas participassem como de outras artes; e fixa uma lei em meu nome, de matar, como uma doença da cidade, o que é incapaz de participar de pudor e justiça.